

“Escalada da repressão” em análise: memória e ponto de vista sobre ditadura militar em Pernambuco

« Escalada da repressão » en analyse : mémoire et point de vue sur la dictature militaire au Pernambuoc

Raissa Nascimento dos Santos*

Resumo: Este artigo analisa a construção de pontos de vista sobre a ditadura militar brasileira na linha do tempo “Escalada da repressão”, integrante da exposição permanente do Memorial da Democracia de Pernambuco (MDP). Ancorada na teoria do Ponto de Vista (PDV), conforme a tipologia de Rabatel, a pesquisa adota a referência como principal ferramenta analítica para compreender como a memória do período ditatorial é discursivamente narrada e ressignificada. O *corpus* é composto por legendas da linha do tempo, nas quais se observam estratégias linguísticas como anáforas, catáforas, elipses e modificadores avaliativos. Os resultados indicam a predominância do PDV afirmado, evidenciando uma voz institucional que assume explicitamente a responsabilidade pela interpretação dos acontecimentos históricos. A análise mostra que o MDP constrói uma memória da ditadura marcada pela denúncia da repressão e pela valorização da resistência, especialmente no contexto pernambucano, contribuindo para o fortalecimento de uma memória crítica e democrática.

Palavras-chave: Escalada da repressão; ponto de vista; ditadura militar; memória.

Résumé: Cet article analyse la construction des points de vue sur la dictature militaire brésilienne à partir de la frise chronologique « Escalada da repressão », intégrée à l'exposition permanente du Memorial da Democracia de Pernambuco (MDP). Ancrée dans la théorie du Point de Vue (PDV), de Rabatel, la recherche adopte la référencement comme principal outil analytique afin de comprendre comment la mémoire de la période dictatoriale est discursivement narrée et re-signifiée. Le corpus est composé des légendes de la frise chronologique, dans lesquelles sont observées des stratégies linguistiques telles que l'anaphore, la cataphore, l'ellipse et les modificateurs évaluatifs. Les résultats indiquent la prédominance du PDV asserté, mettant en évidence une voix institutionnelle qui assume explicitement la responsabilité de l'interprétation des événements historiques. L'analyse montre que le MDP construit une mémoire de la dictature marquée par la dénonciation de la répression et la valorisation de la résistance, en particulier dans le contexte pernamboucain, contribuant ainsi au renforcement d'une mémoire critique et démocratique.

Mot Clés: Escalada da repressão; point du vue; dictature militaire; mémoire.



Ao Pé da Letra, Recife, v. 27.2, 29-45, 2025.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 1984-7408.
<https://doi.org/10.51359/1984-7408.2025.269298>

*Graduada em Letras-Bacharelado com ênfase em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil. E-mail: raissa.nsantos@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7785-0747>. Artigo desenvolvido como adaptação da monografia intitulada “Entre vozes e memórias: ponto de vista e referência na ‘Escalada da Repressão’ do Memorial da Democracia de Pernambuco”, orientada pela Profa. Dra. Suzana Leite Cortez.

1. Introdução

O Memorial da Democracia de Pernambuco - Fernando Vasconcellos Coelho¹ (doravante MDP), criado em 2022 e localizado no bairro de Casa Amarela, em Recife (PE), se configura como um espaço de memória e de convite a um pensamento crítico e democrático (Moraes, 2023). Em suas salas expositivas, o MDP apresenta temas que recuperam diferentes momentos da história do estado: o período colonial e as invasões holandesas; o período imperial, marcado pelas lutas pela independência e contra a escravidão; o período republicano, com foco em movimentos culturais e de vanguarda; e, por fim, o período ditatorial (1964-1985). A seguir, apresentamos uma imagem de sua fachada, a título de ilustração.

Figura 1: Fachada do Memorial da Democracia de Pernambuco



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A última sala do MDP, “Responsabilização e reparação”, foi concebida a partir das recomendações da Comissão da Memória e da Verdade Dom Hélder Câmara² (CEMVDHC) e apresenta uma linha do tempo que destaca momentos centrais da ditadura militar, um mural de fotografias com os rostos das vítimas retratadas no relatório final da comissão e duas televisões que exibem fotografias, vídeos e entrevistas relacionados ao regime. Ao reunir esses elementos, a sala constrói uma narrativa que busca não apenas documentar e denunciar os crimes cometidos pela ditadura, mas também preservar a memória das vítimas e promover a reflexão crítica sobre os direitos humanos e os processos de reparação histórica. Ademais, evidencia informações, até então desconhecidas, acerca do passado ditatorial em solo pernambucano.

¹ Fernando Vasconcellos Coelho, advogado e presidente da OAB/PE, destacou-se por sua atuação em defesa da democracia e coordenou a CEMVDHC (Memorial, 2022). Após sua morte, o MDP passou a levar o seu nome como homenagem.

² A CEMVDHC foi instituída pela Lei nº 14.688, “com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas contra qualquer pessoa, no território do Estado de Pernambuco, ou contra pernambucanos ainda que fora do Estado, praticadas por agentes públicos estaduais” (Pernambuco, 2012).

Como destaca Severino Silva (2024), a ditadura instaurou um projeto de centralização que concentrou a produção e a circulação de mídias no Sudeste, o que reforçou a marginalização de estados nordestinos, como Pernambuco, que já vinham ocupando uma posição historicamente secundarizada nas estruturas políticas e econômicas do país. Observa-se, assim, um duplo silenciamento: de um lado, pela repressão ditatorial que censurava e controlava os discursos; de outro, pelo apagamento decorrente da centralização, que invisibilizou experiências locais diante da narrativa nacional hegemônica. Como consequência disso, ainda persistem os impactos do desconhecimento histórico e do esquecimento público na forma como essa história é lembrada pela sociedade brasileira e pernambucana.

Nosso aporte teórico central advém da Linguística Textual (LT), entendida como uma teoria que observa as atualizações do sistema linguístico em práticas concretas de uso, focalizando os textos e seus gêneros como mediadores das ações comunicativas (Marcuschi, 2008). Nessa perspectiva, assumimos o conceito de texto como “lugar da constituição e de interação dos sujeitos sociais, como um evento, portanto, em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (Beaugrande, 1997 *apud* Koch, 2015, p. 9). Assim, conseguimos reconhecer a linha do tempo³ como uma atividade interativa em que os sentidos são construídos a partir do diálogo entre conhecimentos prévios e novos dos interlocutores, e não como um espaço de reprodução de ideias fixas.

Nesse contexto, o MDP mobiliza uma abordagem que reconfigura a memória da ditadura ao apresentar os acontecimentos por meio de estratégias enunciativas analisadas, neste trabalho, à luz da Teoria do Ponto de Vista (PDV). Entre os recursos linguísticos passíveis de análise dos PDVs, selecionamos a referenciação como ferramenta analítica. Isso porque Alain Rabatel (2016, p. 30) destaca que o sujeito evidencia seu ponto de vista tanto por comentários explícitos quanto pelas escolhas referenciais que faz ao descrever um objeto-de-discurso. Dessa forma, diante da possibilidade de múltiplas representações da realidade, os referentes constituem *objetos-de-discurso*, e não *objetos-de-mundo*, sendo, portanto, entidades produzidas pela atividade discursiva que não existem antes de sua enunciação (Koch; Marcuschi, 1998).

Articulamos, então, essas duas noções teóricas, ponto de vista e referenciação, para compreender a construção de memórias sobre o período ditatorial no *corpus* analisado, considerando que o ponto de vista emerge pelo modo como os referentes são construídos na “Escalada da repressão”. A partir desse recorte, busca-se compreender de que modo o MDP, por meio da linha do tempo, organiza pontos de vista que (re)configuram memórias sobre o passado ditatorial através da referenciação em suas narrativas. Observaremos, também, como o memorial constrói uma contranarrativa em relação às representações

³ Consideramos a linha do tempo como um texto por entendê-la, conforme Marcuschi (2008), como uma unidade comunicativa e uma unidade de sentido, organizada de modo a realizar um propósito comunicativo coeso e sociointerativo.

hegemônicas da ditadura militar na memória coletiva brasileira e pernambucana, com foco nos sentidos produzidos pela relação entre linguagem e memória.

Neste trabalho, os estudos de memória sociocognitivos são abordados por reconhecerem a memória como uma leitura de mundo responsável por nossas inferências e interpretações do passado (Koch, 2015). Esse enfoque enriquece a análise proposta, uma vez que a construção discursiva da memória, tal como observada no *corpus*, resulta da articulação entre processos cognitivos, históricos e sociais. É nesse entrelaçamento que se inscreve a compreensão da memória como prática discursiva e como fundamento para a análise do memorial enquanto espaço de produção de sentidos sobre o passado.

A escolha pela produção textual do MDP, em termos pessoais, reflete uma inquietação com os apagamentos históricos sobre a ditadura no Brasil e, de modo especial, em Pernambuco. Assim, a pesquisa busca promover uma reflexão crítica sobre o papel da linguagem na construção da memória coletiva, evidenciando como o estudo acadêmico pode dialogar com interesses sociais e culturais, contribuindo para a valorização de espaços que resgatam histórias e divulgam passados. Parte-se, portanto, da noção de que a linguagem não é neutra, mas constitui sentidos que produzem memórias, esquecimentos e identidades. Essa noção motiva a investigação de como a linha do tempo organiza a memória da ditadura, revelando as escolhas linguísticas que moldam a compreensão do passado.

A partir do que foi exposto, seguimos para fundamentação teórica, com o aprofundamento das concepções apresentadas.

2. Fundamentação teórica

O debate sobre o ponto de vista tem origem na narratologia literária, especialmente nas discussões dos séculos XIX e XX sobre como regular a informação narrativa e representar a vida psíquica das personagens. Diante de ambiguidades presentes no assunto, Alain Rabatel (1997 *apud* Cortez, 2011) desloca o estudo para o sujeito que percebe e para o objeto de conhecimento. Em vez de classificar mecanicamente os modos de visão, Rabatel enfatiza os mecanismos linguísticos pelos quais um sujeito, individual ou coletivo, considera um objeto de discurso, instaurando um ponto de vista (Cortez, 2011). Essa virada teórica se afasta da tradição estritamente narratológica e aproxima o estudo do ponto de vista de uma abordagem enunciativo-interacional, interessada nas relações entre linguagem, posição enunciativa, modos de dizer e construção do sentido.

Nessa perspectiva, compreendemos que o MDP, ao organizar seu discurso, instaura diferentes olhares sobre a realidade e media percepções do passado por meio de seu papel de Locutor/Enunciador primeiro (L1/E1). Esse papel deriva da incorporação, na teoria do PDV, da teoria polifônica de Ducrot⁴, que distingue as figuras do locutor e do enunciador.

⁴ O quadro enunciativo proposto por Ducrot (1984 *apud* Monte, 2023) evoca uma polifonia que diferencia o *autor empírico do enunciado* (exterior ao significado do enunciado); o *locutor* (responsável pela produção e organização dos atos

A partir dessa divisão, Rabatel reformula o funcionamento do PDV ao apresentar o L1/E1 como a instância que organiza e articula os pontos de vista mobilizados no texto, distribuindo responsabilidades enunciativas, e deixando os enunciadores segundos (e2) gerir pontos de vista assumidos e imputados pelo L1/E1, de modo a representar percepções de mundo relevantes à construção da narrativa (Monte, 2023).

A partir dessa classificação, podemos observar como o MDP constrói sentidos, articulando sua própria perspectiva com outros pontos de vista e contribuindo para a reconfiguração da memória da ditadura militar no imaginário de seu público. Essa estrutura enunciativa permite “buscar traços linguísticos do ponto de vista pelo modo de apresentação do referente”, diferente da focalização tradicional que descreve, a partir do dito, o foco de quem vê e de quem sabe (Cortez, 2003, p. 66).

A teoria do PDV busca evitar uma homogeneização narrativa, reconhecendo que, em um mesmo texto, podem coexistir diferentes pontos de vista cujos enunciadores não se manifestam da mesma forma, porque há diferentes graus de debreagem enunciativa (presença do enunciador). Cada um desses PDVs expressa uma forma específica de relação entre o enunciador e o conteúdo do enunciado, o que permite observar diferentes graus de implicação e distanciamento na construção do texto. Apresentamos, a seguir, os três tipos de PDV, com ênfase em suas características.

Compreendemos como *PDV representado* aquele em que a percepção que o personagem tem de seu mundo narrado é intermediada pelo narrador, “com debreagem enunciativa mínima nas ‘frases sem falas’, podendo ser equivalente a um monólogo interior embrionário” (Cortez, 2003, p. 67). Pensamentos e sensações que constroem o ponto de vista do personagem são dispostos por expressões nominais escolhidas pelo narrador, permitindo que sua presença e atividade na narrativa sejam identificadas. Em nosso *corpus*, não foram identificadas ocorrências desse tipo de PDV.

O *PDV narrado* ocorre quando “um fragmento do texto enfatiza uma das personagens, sendo os fatos narrados conforme tal perspectiva que pode se distanciar da perspectiva do narrador” (Cortez, 2003, p. 69). Por sua debreagem enunciativa intermediária, a subjetividade do focalizador é atenuada, pois o narrador relata os acontecimentos de modo a acompanhar o olhar ou a experiência da personagem, sem, contudo, incorporar integralmente sua voz. Nesse tipo de ponto de vista, a narração apresenta certo grau de mediação: o narrador mantém o controle da enunciação, mas deixa transparecer a perspectiva parcial do sujeito focalizado. No caso do *corpus* analisado, a perspectiva atribuída aos e2 é filtrada e organizada pela voz do MDP, que orienta a construção de sentidos e a direção argumentativa do texto.

Diferentemente dos outros tipos de ponto de vista já apresentados, o *PDV afirmado* corresponde à posição explícita do locutor, isto é, à formulação em que ele assume

ilocucionários do enunciado); o *locutor ser-do-mundo* (o locutor se refere a si mesmo como um delocutado ou aquele que é referido) e *enunciadores* (a quem o locutor orienta as atitudes e pontos de vista).

diretamente sua percepção, avaliação ou interpretação do mundo (Cortez, 2003). Trata-se de um PDV marcado linguisticamente, no qual o L1/E1 assume a responsabilidade sobre o que diz, portanto, uma postura avaliativa explícita, orientando a leitura dos acontecimentos por sua própria conta sem mediação. Desse modo, consideramos como PDV afirmado os casos em que o MDP se apresenta como única instância enunciativa, responsável pela produção e pela circulação de sentidos sobre o fato narrado.

A identificação dos três tipos de ponto de vista decorre, em nosso trabalho, diretamente do modo como as expressões nominais são mobilizadas nas legendas da linha do tempo. São elas que permitem reconhecer quem percebe, quem avalia e quem fala no interior do enunciado. Nesse sentido, a referenciação torna-se um recurso analítico fundamental para o estudo do PDV, pois assumimos que os pontos de vista analisados se materializam por meio de escolhas referenciais, que não apenas nomeiam a realidade, mas organizam e hierarquizam perspectivas (Cortez, 2003, 2011).

A referenciação configura-se como “uma atividade seletiva que tem como motivador um projeto de sentido de natureza polifônica, responsável por imprimir a orientação argumentativa do texto” (Cortez, 2022 [2005], p. 321), aproximando-se teoricamente da noção de ponto de vista, dado que toda escolha referencial inscreve modos de ver e de dizer. Assim, ao nomear determinadas entidades, o L1/E1 revela sua perspectiva sobre a realidade e orienta o posicionamento interpretativo do leitor. Essa construção depende da progressão e da manutenção dos referentes ao longo do texto, manifestadas por estratégias como: “a. uso de pronomes ou elipses (pronome nulo); b. uso de expressões nominais definidas; c. uso de expressões nominais indefinidas” (Koch, 2015, p. 100).

A partir do percurso teórico apresentado, compreendemos que essa articulação entre PDV e referenciação revela que o processo de significação não é neutro nem autônomo, mas orientado por experiências coletivas e por memórias compartilhadas. Isso dialoga bem com o que Cortez (2013, p. 302) traz sobre a representação de pontos de vista, que “se dá pela recorrência à memória coletiva, particularizada no contexto sócio-histórico no qual o texto emerge”. Desse modo, compreende-se que tanto a referenciação quanto a construção de pontos de vista se ancoram em uma memória social⁵ que orienta nossas leituras e interpretações do mundo, possibilitando a emergência de diferentes modos de ver e significar o passado.

Como uma teoria de paradigma sociocognitivista (Cavalcante; Custódio Filho, 2010), a LT reconhece as contribuições dos estudos de memória sociocognitiva no trabalho com o texto e suas leituras. Isso significa compreender que os processos interpretativos que acionamos diante do memorial e que sustentam tanto as memórias individuais quanto as

⁵ Maurice Halbwachs (2023 [1925]) situa o conceito de memória como a imagem de uma experiência passada coletiva mediada pela linguagem. Isso significa que lembrar não é simplesmente resgatar o passado, mas reformulá-lo a partir de convenções verbais e sociais compartilhadas por um grupo. Assim, memória e linguagem se articulam como fenômenos coletivos: ambas só existem plenamente na vida social e encontram, na coletividade, o espaço de sua produção, manutenção e transmissão.

coletivas são mediados pelas capacidades do cérebro humano de perceber, armazenar, recuperar e reorganizar informações.

De acordo com Koch (2015), nossas capacidades cognitivas de armazenamento de informações organizam-se em três tipos de memória, que modulam a forma como compreendemos e interpretamos o que nos chega: memória de curtíssimo termo, memória de curto termo (MCT) e memória de longo termo (MLT). Esta última é o espaço “onde os conhecimentos são representados de forma permanente” (Koch, 2015, p. 44). Dentro da MLT, destacam-se duas subdivisões fundamentais para a construção de sentidos no texto: a memória semântica e a memória episódica.

A memória semântica organiza os conhecimentos gerais que possuímos sobre o mundo, como, por exemplo, “a fórmula da água é H₂O” ou “samba é um ritmo afro-brasileiro” (Koch, 2015, p. 46). Aplicando essa noção ao nosso *corpus*, o conhecimento de que o Brasil viveu sob um regime militar entre 1964 e 1985 pode ser entendido como um dado relativamente estabilizado socialmente. Logo, é um conteúdo amplamente compartilhado e, portanto, acessível pela memória semântica.

A memória episódica (ou experimental), por sua vez, “contém informações sobre vivências pessoais” e, por ser armazenada sob a forma de episódios, é particularmente sensível às variações de contexto (Koch, 2015, p. 46). Assim, a percepção desse mesmo período ditatorial pode variar de modo significativo entre os sujeitos, uma vez que cada indivíduo o apreende a partir de suas experiências particulares.

Cada uma dessas memórias desempenha um papel específico no processo de transformação dos estímulos em conhecimento e repertório. No contexto da leitura, tais memórias são ativadas na interação entre texto e leitor: a interpretação mobiliza tanto conhecimentos previamente sedimentados (memória semântica) quanto traços de vivência (memória episódica). Um texto que apresenta uma “versão”⁶ do passado, portanto, não produz sentido de modo unilateral: ele entra em choque, confirma ou desafia repertórios mnésicos já existentes. Isso significa que o leitor pode tanto reconhecer ali o que já sabia quanto estranhar e ressignificar aquilo que julgava saber.

No caso específico da “Escalada da repressão”, esse funcionamento torna-se particularmente evidente: o material apresenta a ditadura como um período violento e antidemocrático, orientando o leitor para uma determinada valoração do passado. Contudo, os visitantes também alimentam a leitura com suas próprias experiências (relatos familiares, lembranças escolares, conversas com pais e avós, circulações midiáticas) compondo sentidos na junção entre o que o MDP oferece e o que já estava disponível em suas memórias. Assim, o efeito interpretativo não é apenas de “aprender” sobre a ditadura,

⁶ Podemos entender essa “versão” do passado como o discurso selecionado pelo MDP para orientar a sua argumentação. Nesse processo, mobilizamos o conceito de orientação argumentativa, entendida como o modo pelo qual o sujeito enunciatório direciona o leitor para determinadas interpretações, selecionando e organizando elementos linguísticos que concretizam sua proposta de sentido (Koch, 2022 [2005]).

mas de confrontar e negociar o que já se sabia (ou se imaginava saber) com a versão proposta pelo memorial.

O memorial mobiliza o passado não apenas como registro, mas também como responsabilidade coletiva, oferecendo ao público uma leitura exemplar das violências do regime e reafirmando o compromisso de que tais violações não se repitam. É nesse encontro entre a memória que o texto projeta e a memória que o leitor carrega que emergem confirmação ou estranhamento, concordância ou discordância, e até mesmo a produção de novos sentidos sobre aquele período histórico.

Desse modo, ao compreender o MDP como um lugar de memória atravessado por disputas simbólicas, trajetórias individuais e políticas de justiça, reconhecemos que o trabalho memorialístico se realiza também por meio de textos que reatualizam e organizam sentidos sobre o passado. É justamente nesse ponto que a LT se torna uma aliada analítica: ao considerar a leitura como uma atividade sociocognitiva sustentada por diferentes tipos de memória e por operações de construção de sentido, ela permite observar como esses processos se materializam linguisticamente na linha do tempo. Assim, com a devida articulação entre memória e linguagem, abrimos caminho para a próxima seção, dedicada aos procedimentos metodológicos desta pesquisa.

3. Construção do objeto de análise

A presente pesquisa segue o método exploratório e histórico, de cunho qualitativo (Gil, 2008 [1985]). Ao delimitarmos o MDP como objeto central da investigação e realizarmos a visita técnica ao memorial, foi possível definir a linha do tempo “Escalada da repressão” como recorte específico, considerando sua relevância discursiva e a presença de inscrições verbais que dialogam com a proposta de análise.

A visita técnica ocorreu com acompanhamento de um guia do próprio memorial, o que possibilitou o acesso contextualizado às salas expositivas, às narrativas curatoriais e às estratégias de apresentação dos conteúdos. Nesse percurso, foram observadas as diferentes seções que compõem a exposição permanente, bem como os recursos textuais, visuais e audiovisuais mobilizados na construção da narrativa memorial.

Como parte do procedimento metodológico, realizou-se o registro fotográfico e audiovisual do espaço, com vistas à coleta do *corpus* de análise, especialmente no que se refere à linha do tempo. Essa etapa foi fundamental para a compreensão da materialidade discursiva do memorial e para a análise das formas pelas quais a memória da ditadura é construída e apresentada ao público.

A interpretação do *corpus* fundamentou-se nos estudos da LT, especialmente nas teorias de PDV e referenciação. Esse enquadramento permitiu examinar como o MDP organiza e se posiciona frente à memória da ditadura em sua linha do tempo, a partir dos

enunciadores, pontos de vista e estratégias referenciais presentes nos textos. O processo de constituição do *corpus* envolveu três etapas metodológicas:

(i) *Primeira filtragem*: Das 47 legendas inscritas na “Escalada da repressão”, 12 foram selecionadas inicialmente. Os critérios de seleção adotados foram a presença de um posicionamento avaliativo acerca dos eventos da ditadura militar e a apresentação de informações sobre a resistência à ditadura em Pernambuco;

(ii) *Identificação do tipo de PDV*: Buscamos identificar o tipo de PDV mobilizado nos textos, considerando que os pontos de vista podem se materializar nas formas de: PDV representado, PDV narrado e PDV afirmado. Essa etapa permitiu verificar como o texto organiza a atitude do enunciador frente aos fatos, se o ponto de vista é construído por meio da narração de ações, pela representação das percepções de outros atores históricos ou por enunciados avaliativos que explicitam diretamente posições. Houve uma predominância de PDVs afirmados frente aos casos de PDVs narrados. Nenhum PDV representado foi encontrado na análise;

(iii) *Análise das estratégias de referência*: Por fim, procedeu-se à análise das estratégias de referência presentes nos dados, com base em Koch (2015). Nessa etapa, buscamos observar como os referentes (atores históricos, eventos, instituições e ações ligadas à repressão e à resistência) são introduzidos, retomados, especificados ou (re)categorizados ao longo dos textos. Dentre as estratégias elencadas por Koch (2015), encontramos o fenômeno da referência por meio de expressões nominais definidas e elipse. Adicionamos, também, à análise a construção de objetos-de-discurso por modificadores avaliativos, por ser um processo de qualificação referencial importante para a interpretação dos nossos dados.

Concluída a descrição dos processos de seleção e de apuração do *corpus*, passamos à análise dos dados.

4. Escalada da repressão em análise

Estruturada como um gênero de relato histórico de eventos selecionados de maneira crítica por uma sequência lógica (Yan *et al.*, 2011 *apud* Tavares *et al.*, 2019), a “Escalada da repressão” articula elementos narrativos e informativos, organizando momentos históricos referentes à ditadura militar e às suas violências e marcas na sociedade. O próprio título da linha do tempo já se constitui como uma expressão nominal marcada por um ponto de vista. O uso do termo “escalada” confere movimento e intensidade à ideia de repressão, projetando uma imagem de crescimento gradual da violência instaurada durante a ditadura militar.

Essa escolha lexical orienta, desde o início, a leitura do visitante, pois antecipa uma interpretação crítica do período. Apesar disso, a linha do tempo não se limita a relatar a violência do regime: sua organização discursiva também evidencia as formas de resistência

e os sujeitos históricos que se contrapuseram a essa repressão. Abaixo, apresenta-se sua disposição no MDP:

Figura 2: Fotografia da linha do tempo “Escalada da repressão”



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Ela é composta por dois painéis, totalizando 47 legendas: 19 no primeiro (à esquerda na Figura 2) e 28 no segundo (à direita na Figura 2). Para esta pesquisa, concentramos a análise nas inscrições escritas, por compreender que é nelas que se manifesta de forma mais evidente o ponto de vista das instâncias narrativas. Reconhecemos, contudo, a presença de recursos multimodais e intertextuais que contribuem para a construção de sentidos e pontos de vista no conjunto expositivo. No entanto, esses elementos não serão objeto de análise, uma vez que o foco deste trabalho recai sobre os *mecanismos linguísticos de referência* que materializam a memória e o posicionamento discursivo do MDP.

Como indicado anteriormente, embora a tipologia rabateliana distinga três categorias (representado, narrado e afirmado), não identificamos, no *corpus* analisado, ocorrências claras de PDV representado. Essa ausência evidencia uma escolha discursiva: o memorial privilegia majoritariamente uma voz avaliativa própria, possivelmente influenciada pelo trabalho investigativo da CEMVDHC, responsável pela constituição do acervo. Assim, a memória construída pela linha do tempo ancora-se em um discurso institucional que aposta na narração própria ou de outros enunciadores cujo PDV é consonante e assume, explicitamente, a responsabilidade de interpretar os acontecimentos e atribuir sentidos à ditadura militar.

Nesse sentido, dos 12 dados que compõem o *corpus*, 2 correspondem ao PDV narrado e 10 ao PDV afirmado. As estratégias de referência mobilizadas para o reconhecimento do ponto de vista do texto foram: elipse (1 ocorrência), anáfora (3), catáfora (1) e modificadores avaliativos (7). Importante destacar que, embora os modificadores avaliativos não constituam, estritamente, estratégias de referência, optamos por incluí-

los nesta análise por revelarem uma posição valorativa do enunciador, tornando particularmente visível o ponto de vista assumido.

A seguir, apresentamos alguns exemplos que ilustram os achados da pesquisa, acompanhados de suas respectivas descrições analíticas.

a) Exemplo 1

Seguiu-se o golpe e se implantou o regime militar de 1964, que passou a governar como um negativo fotográfico do programa de Jango, fazendo exatamente o oposto. Em lugar de democracia e liberdade sindical, ditadura e arrocho salarial. Em lugar de milhões de pequenos proprietários, milhões de hectares para super proprietários. Em lugar do controle das multinacionais, a entrega total do Brasil ao controle delas. - Darcy Ribeiro

O exemplo (1) é um trecho do livro “Testemunho”, de Darcy Ribeiro, publicado em 1991. Trata-se de uma intertextualidade intencional, que mobiliza outro texto e outro locutor/enunciador para complementar o ponto de vista do memorial. Configura-se, portanto, um PDV narrado, uma vez que o posicionamento enunciado é distanciados do L1/E1 não em nível de conteúdo, mas de voz (Cortez, 2003). A subjetividade de Darcy Ribeiro (I2/e2) torna-se mais evidente que a do memorial, sobretudo por se tratar de uma citação direta. Assim, por meio da voz de outro enunciador, que vivenciou de perto o início da ditadura e esteve ao lado do governo deposto, o MDP narra o acontecimento e reconhece esse discurso como testemunho, apresentando uma memória que, à época, não poderia ser publicamente legitimada.

Para tratar do conceito de testemunho, ancoramo-nos em Ricœur (2007, p. 131, grifos nossos), para quem o ato de testemunhar “não é considerado enquanto proferido por alguém para ser colhido por outro, mas enquanto recebido por mim de outro, a *título de informação sobre o passado*”. A valoração atribuída ao testemunho, portanto, é a de verdade, não uma verdade absoluta, mas reconhecida como legítima pelo ponto de vista que a acolhe. Assim, ao reconhecer a voz de alguém que, durante a ditadura, foi silenciada, o MDP realiza um ato de reparação memorialística, perceptível em sua organização textual.

Por outro lado, a expressão “golpe” opera como uma anáfora, dispensando a repetição do evento (ditadura militar), ativando tanto uma memória textual quanto uma memória histórico-social. Além disso, a expressão “um negativo fotográfico” introduz uma nova predicação avaliativa que qualifica o regime. Trata-se de uma construção referencial fortemente marcada pelo PDV narrado: ao nomear o período como “negativo fotográfico” e “oposto”, elencando o caráter democrático e positivo do governo considerado inimigo da nação em 1964, o MDP adota, através do I2/e2, uma posição interpretativa explícita e, consequentemente negativa, que enquadra o acontecimento em uma perspectiva ética e política contrária à ditadura. Desse modo, a referenciação funciona simultaneamente como mecanismo coesivo e como estratégia de construção de sentido, articulando memória, avaliação e posicionamento discursivo.

b) Exemplo 2

Apesar da Escalada da Repressão, são realizados diversos protestos públicos contra o regime. Operários e estudantes lideram esses movimentos, organizando manifestações e greves. [elipse] São duramente reprimidos, presos, feridos e mortos, como Edson Luís, assassinado pela PM, no Rio de Janeiro. Em junho de 1968 acontece no Rio de Janeiro a grande Passeata dos Cem Mil, da qual também participam artistas, jornalistas, juristas, trabalhadores e profissionais liberais. [elipse] Protestam contra a ditadura e a censura aos meios de comunicação e às artes. Setores da igreja progressista e políticos do campo democrático também atuam na resistência.

No exemplo (2), observamos a ocorrência de elipses, marcadas pela ausência dos termos retomados, cuja identificação depende do contexto. No primeiro caso, o elemento elidido recupera o referente “operários e estudantes”; no segundo, remete a um grupo ampliado de atores sociais: “artistas, jornalistas, juristas, trabalhadores e profissionais liberais”. Assim, embora a forma expressa no texto seja idêntica, cada elipse aponta para referentes distintos, reconstruídos pelo leitor a partir da progressão temática.

A elipse, nesse contexto, constitui um importante mecanismo de memória do/no texto, pois os referentes ausentes são facilmente recuperados pelo leitor e “induzidos por um conjunto de informações textualmente construídas” (Koch, 2015, p. 102). Assim, a progressão referencial ocorre de modo econômico, exigindo a ativação de inferências do leitor para a reconstrução dos sentidos.

Essa estratégia contribui para a coesão referencial e para a continuidade temática do discurso, ao mesmo tempo em que revela o modo como o MDP organiza discursivamente as vozes da resistência. A escolha pela elipse dessas expressões nominais permite reunir múltiplos sujeitos sob um mesmo referente coletivo, reforçando a ideia de unidade e ampliação do movimento de oposição à ditadura.

Desse modo, a elipse atua não apenas como um mecanismo coesivo e de memória textual, mas também como uma estratégia de focalização discursiva, que orienta o ponto de vista do leitor para a legitimidade das ações de resistência, em contraste com o “regime”. Nesse mesmo exemplo, essa orientação se articula ao PDV afirmado, uma vez que as escolhas lexicais e referenciais constroem uma avaliação explícita do MDP sobre o que se narra. O texto assume, assim, uma perspectiva valorativa que apresenta os grupos resistentes como agentes de luta democrática e o regime ditatorial como responsável pela violência e supressão de direitos, configurando uma oposição argumentativa central no enunciado.

c) Exemplo 3

JULHO DE 1972 Reunido no Recife, o grupo de jovens parlamentares, entre os quais se destacavam Jarbas Vasconcelos e Fernando Lyra, decide transformar a proposta da Constituinte na sua principal bandeira de luta. A “Carta do Recife” é o primeiro passo para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte que vai acontecer em 1988.

O ponto de vista identificado no exemplo (3) é o afirmado. A “Carta do Recife” é apresentada como o referente que especifica “a proposta da Constituinte”, caracterizando uma catáfora. Essa antecipação referencial ultrapassa o mero encadeamento textual, pois revela o modo como o MDP organiza discursivamente o passado: a escolha da expressão “proposta da Constituinte” atribui elevada relevância ao documento, uma vez que a Constituição ocupa, no imaginário democrático, o estatuto de instância fundadora da ordem jurídica e política de uma nação. Ao associar a “Carta do Recife” a esse marco institucional, o memorial legitima o documento como intervenção política de grande peso histórico.

E, também, ao dar visibilidade a marcos históricos vinculados a Pernambuco, o memorial reinscreve a memória da ditadura sob a ótica da resistência local. Assim, a referenciação, mais do que um mecanismo de coesão, atua na constituição de um ponto de vista que reconhece o protagonismo pernambucano na luta contra o regime militar, produzindo uma memória coletiva em que esse espaço, outrora negligenciado, se destaca como território de ação política e enfrentamento.

A análise dos pontos de vista e das estratégias de referenciação presentes na “Escalada da repressão” evidencia que o MDP não apenas organiza informações sobre a ditadura, mas atua como produtor e mediador de memórias. Os recursos referenciais examinados através das anáforas por meio de expressões nominais, elipses e modificadores avaliativos constroem uma orientação argumentativa que convida o leitor a articular aquilo que o texto apresenta com aquilo que o próprio leitor já traz como repertório histórico-social.

E é nesse encontro entre as memórias semântica e episódica (inscritas nas escolhas discursivas do memorial e na percepção dos leitores) com a memória coletiva (compartilhada por uma comunidade e sedimentada socialmente) que os sentidos se estabilizam, se deslocam ou se renovam. Em diálogo com Halbwachs (2013), compreendemos que a lembrança não se produz apenas pelo testemunho do outro: ela depende da existência de pontos de contato entre as representações que o texto convoca e aquilo que o leitor reconhece como parte de um saber comum.

Nesse processo, o ponto de vista desempenha um papel central, pois é por meio das escolhas referenciais, das predicções e da organização argumentativa que o MDP orienta a leitura e propõe determinadas interpretações sobre a ditadura. É justamente essa perspectiva enunciativa, advinda de um PDV afirmado, que atua como mediadora entre o conteúdo apresentado e o repertório de memórias já disponíveis no leitor, guiando-o a incorporar tais interpretações ao seu horizonte de significação.

Assim, o memorial só consegue reativar ou transformar lembranças sobre a ditadura porque opera sobre uma base partilhada de significações e, simultaneamente, projeta um PDV que busca reorganizar esse repertório. Nesse sentido, torna-se ainda mais evidente que o projeto discursivo do MDP é fazer com que os conhecimentos ali apresentados sobre

o período migrem do plano da memória episódica para o da memória semântica, socialmente estabilizada, convertendo-se, por fim, em memória coletiva.

5. Considerações finais

Ao longo da análise, constatamos que o MDP aciona um conjunto diversificado de estratégias de referência para sustentar seu ponto de vista institucional, como elipse, catáfora e anáfora, além de modificadores avaliativos. Com base nesses achados, é possível responder à hipótese formulada na introdução. Observamos que o MDP efetivamente organiza pontos de vista que constroem uma contranarrativa em relação às representações hegemônicas da ditadura militar no imaginário nacional e pernambucano, sobretudo aquelas que ainda ecoam o discurso “oficial” do regime.

A orientação argumentativa do MDP apresenta a ditadura militar como um período antidemocrático e violento, ao mesmo tempo em que sustenta a resistência pernambucana como uma ação legítima, necessária e digna de ser inscrita no mapa da memória nacional. Assim, a narrativa produzida não é apenas reativa ou denunciatória; ela se alinha a uma perspectiva pró-sociedade, como formula Manoel Moraes (2023), convocando o público para um compromisso ético com o passado.

Também constatamos que o MDP opera como espaço de disputa simbólica no qual linguagem e memória se articulam para produzir novos enquadramentos do passado, tanto para a leitura da linha do tempo quanto para a percepção desse momento histórico na sociedade. Ao reinscrever a ditadura como um evento histórico pautado por repressão sistemática, violência de Estado e ataques à ordem democrática, o MDP atua como mediador da construção de uma memória coletiva democrática (Huyssen, 2014).

A “Escalada da repressão”, ao estruturar-se como um movimento ascendente de violência, transforma o percurso do visitante em uma travessia pela tensão histórica de um período marcado por dor, luta e resistência. Cada legenda da linha do tempo não apenas informa, mas reconfigura discursivamente o passado, convocando o público a reconhecer continuidades, rupturas e os efeitos da repressão no tecido sócio-histórico brasileiro. Ao mesmo tempo, o memorial reafirma a relevância da história pernambucana nesse processo, evidenciando que, desde os primeiros dias do regime, foram o estado e seus cidadãos que protagonizaram importantes iniciativas de enfrentamento e defesa da democracia.

Vemos, então, que em um presente marcado por profundas disputas sobre o sentido do passado, o MDP insiste que reivindicar a memória não é gesto nostálgico, mas ato de responsabilidade coletiva, ao reinscrever esses acontecimentos no espaço pernambucano e oferecer ao visitante uma narrativa que articula saber histórico, memória coletiva e experiência sensível.

Referências

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*, Piauí, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010.

CORTEZ, Suzana Leite. *Referenciação e Construção do Ponto de Vista*. Dissertação (Mestrado em Linguística), 2003. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CORTEZ, Suzana Leite. *A construção textual-discursiva do ponto de vista: vozes, referenciação e formas nominais*. Tese (Doutorado em Linguística), 2011. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CORTEZ, Suzana Leite. A representação de pontos de vista em reportagens de revista feminina. In: EMEDIATO, Wander (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 293-315.

CORTEZ, Suzana Leite. Referenciação e ponto de vista: constituição de instâncias discursivas para orientação argumentativa na crônica de ficção. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (org.). *Referenciação e discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022 [2005]. p. 317-338.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008 [1985].

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2º ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *Os quadros sociais da memória*. Tradução de Antonio Fontoura. Curitiba: Antonionfontoura, 2023 [1925].

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, v. 14, n. especial, p. 169-190, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/43402>. Acesso em: 23 out. 2025.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (org.). *Referenciação e discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022 [2005]. p. 33-52.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MEMORIAL da Democracia de Pernambuco – Fernando de Vasconcellos Coelho. Recife: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, 2022.

MONTE, Michèle. Entre autor e locutores, o enunciador textual: conceito inútil ou figura-chave?. In: CAVALCANTE, Monica Magalhaes; BRITO, Mariza Angélica Paiva; MARTINS, Mayara Arruda (org.). *Texto, Tecnodiscursividade e Enunciação*: Traduções - Volume 2. Tradução de Evandro de Melo Catelão. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 101-131.

MORAES, Manoel. *A importância histórica do Memorial da Democracia de Pernambuco*. Entrevistado por Flávio Brayner. Recife: Rádio Paulo Freire, 4 abr. 2023. Podcast. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/2023/04/04/a-importancia-historica-do-memorial-da-democracia-de-pernambuco/> Acesso em: 19 set. 2025.

PERNAMBUCO. *Lei nº 14.688, de 1.º de junho de 2012*. Institui a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara, cria o Memorial da Democracia de Pernambuco – Fernando de Vasconcellos Coelho, e dá outras providências. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1 jun. 2012. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=14688&complemento=0&ano=2012&tipo=&url=#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.688%2C%20DE%201%C2%BA,e%20Verdade%20Dom%20Helder%20C%C3%A2mara.> Acesso em: 19 nov. 2025.

PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara*: relatório final. Vol. 1. Recife: CEPE, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/CEV_PE_Relatorio_final_vol_1_Web.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

RABATEL, Alain. *Homo Narrans*: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Volume 1 - Pontos de vista e lógica da narração teoria e análise. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi e João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Severino Vicente da. *Pernambuco contemporâneo (1964-2002)*: ditadura militar e reencontro democrático. Recife: Editora UFPE, 2024.

TAVARES, Luis Antonio *et al.* Linha do tempo interativa no ensino de história. *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3522>. Acesso em: 11 out. 2025

Recebido em 20 de janeiro de 2026
Aceito em 31 de janeiro de 2026



Repositórios e Ciência Aberta, direitos autorais das pessoas autoras, 2025, licenciado sob [Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).